

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

CURSO: MÍDIA, INFORMAÇÃO E CULTURA

LETÍCIA EVARISTO POLYDORO

**A lógica do capital e as narrativas periféricas: Paraisópolis uma
experiência de organização popular dos territórios em tempo de
pandemia**

São Paulo
2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINOAMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

**A lógica do capital e as narrativas periféricas: Paraisópolis uma
experiência de organização popular dos territórios em tempo de
pandemia**

Letícia Evaristo Polydoro

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Mídia, Informação e Cultura

Orientadora: Fabiana Felix do Amaral e Silva

São Paulo
2020

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir as consequências da lógica do capital nas periferias de São Paulo durante a pandemia do novo coronavírus, mostrar os efeitos que o modelo neoliberal de ordenamento de território provoca nas favelas, como esse sistema se mantém desde a década de 50 até a atualidade, se reestrutura e escancara a desigualdade social durante a pandemia.

Palavras-chave: Periferias. Realidade social. Novo Coronavírus. Resistência. Organização popular. Favela de Paraisópolis. Território.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir las consecuencias de la lógica del capital en las periferias de São Paulo durante la pandemia del nuevo coronavirus, para mostrar los efectos que provoca el modelo neoliberal de ordenación del territorio en las favelas, cómo se mantiene este sistema desde los años 50. hasta hoy, la desigualdad social se reestructura y se abre de par en par durante la pandemia.

Palabras chave: Periferias. Realidad social. Nuevo coronavirus. Resistencia. Organización popular. Barriada de Paraisópolis. Territorio.

Abstract

This article aims to discuss the consequences of the logic of capital on the outskirts of São Paulo during a pandemic of the new coronavirus, showing the effects that the neoliberal model of spatial planning causes in favelas, how this system has been maintained since the 1950s. until today, social inequality is restructured and wide open during a pandemic.

Keyword: Peripheries. Social reality. New Coronavirus. Resistance. Popular organization. Paraisópolis Slum. Territory.

Introdução

O presente artigo apresenta as lógicas do capital e da resistência, explica como as comunidades periféricas têm a necessidade de se reordenarem, enquanto esse modelo com o passar do tempo se torna cada vez mais perverso. A pesquisa também relata a realidade das favelas que ficou ainda mais evidenciada desde que os primeiros casos do novo coronavírus foram diagnosticados no Brasil. Enquanto autoridades de saúde recomendam o distanciamento social, o uso do álcool em gel, a higienização das mãos e demais medidas protetivas, os moradores das favelas se veem impossibilitados de seguir as recomendações. A rotina dos habitantes das comunidades não permite que eles deixem de trabalhar e fiquem em casa. O presente artigo discute como a lógica do capital persiste desde a década de 50 até os dias atuais. Para entender essa problemática, o artigo retratou a desigualdade na cidade a partir da questão da pandemia e ouviu lideranças da comunidade de Paraisópolis que montaram uma rede de solidariedade para ajudar os moradores da favela durante a crise do novo coronavírus, contratando médicos, enfermeiros, distribuindo marmitas e produtos de higiene, além de transformar duas escolas que foram fechadas durante a quarentena em abrigos para moradores que não tinham como manter o isolamento em suas casas.

1. As dimensões da produção capitalista do espaço na cidade de São Paulo; periferias, urbanização-industrialização e espoliação urbana

Viver em meio à pandemia do novo coronavírus não está sendo fácil para ninguém, imagina então para quem mora nas áreas periféricas. De acordo com a pesquisa “Economia das Favelas – Renda e Consumo nas Favelas Brasileiras”, desenvolvida pelos institutos Data Favela e Lomocotiva divulgada em janeiro de 2020, o Brasil tem atualmente 13,6 milhões de pessoas morando em favelas.

Os pesquisadores foram a campo entre os dias 8 a 16 de dezembro de 2019 em 465 comunidades de 116 cidades. No total, foram entrevistadas 2.670 pessoas de 16 anos ou mais e que se declararam moradores de favelas.

A cidade de São Paulo tem o maior número de favelas do país. Segundo a Secretaria Municipal de Habitação, o município tem 1.715 ocupações cadastradas que comportam 319 mil domicílios e mais de dois milhões de moradores¹.

Esse é o contraste da maior metrópole do país, que é tida como a capital dos investimentos, a “terra das oportunidades” ou a “lomocotiva do Brasil” como é denominada pelo próprio governo paulista. São Paulo tem o PIB na casa dos U\$ 603,4 bilhões e ocupa a 21ª posição no ranking das maiores economias do mundo, com base nos dados do Banco Mundial e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2020 (IBGE).

O processo de urbanização-industrialização no Brasil foi rápido. Em 1940, o país tinha 31% da população vivendo nas cidades. Em 2000, a população chegou a 81%, eram quase 138 milhões de moradores urbanos. Em 2010, quando foi divulgado o último Censo do IBGE, 84% dos brasileiros viviam em áreas urbanas.

O quadro de problemas sociais, políticos e econômicos no espaço urbano brasileiro fica bem acentuado no início do século XXI. Segundo Maricato (2003, p: 78) no início do século XXI, quando 82% da população do país é urbana, imagem das cidades, especialmente das metrópoles, se apresenta bastante diversa daquela de 60 anos

¹https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/habitacao/index.php?p=260288

antes. Violência, enchentes, poluição do ar, poluição das águas, favelas, desmoronamentos, infância abandonada, etc. Em apenas nove metrópoles moram 50 milhões de pessoas, mais do que a população da maior parte dos países da Europa ou da América Latina. Em 50 anos, a população urbana brasileira cresceu mais de 100 milhões de indivíduos. A sociedade apenas começa a se dar conta de que o avassalador processo de urbanização foi acompanhado da modernização no modo de vida, no ambiente construído, nas comunicações, sem deixar, entretanto, de reproduzir seu lado arcaico. Isto é, a modernização é apenas para alguns; a cidadania e os direitos, idem.

Maricato relata o aumento da produção das áreas subnormais, crescimento que é proporcionado por um mercado imobiliário excludente ou por ausência de políticas públicas abrangentes.

No Brasil até meados do final da primeira metade do século XX a população rural predominava e as pessoas no campo e levavam uma vida simples. As concentrações urbanas como vimos hoje não haviam se formado ainda, embora já existissem cidades como São Paulo. Havia muitas indústrias em São Paulo no início do século passado, mas a ideia de progresso econômico e de modernização da produção se tornou realidade na década de 50, com a instalação de um grande parque industrial, principalmente da indústria automobilística na região do ABC paulista.

As transformações econômicas vieram acompanhadas por transformações sociais. O processo de êxodo rural, por exemplo, fez com que muitas pessoas que viviam no campo viessem para os grandes centros urbanos para procurar trabalho. O processo de urbanização causou mais tarde o aumento da densidade populacional nas cidades, trazendo problemas sociais que até hoje são enfrentados pelo Estado, como falta de moradia, assistência social, de transporte coletivo de qualidade e o desemprego.

O processo de industrialização afetou diretamente o espaço urbano. Segundo Maricato (2003, p:153) antes mesmo das chamadas décadas perdidas (anos de 1980 e 1990) a inserção social nas relações capitalistas apresentavam relação

complexa entre regra e exceção. Trabalhadores do setor secundário e até mesmo da indústria fordista brasileira foram excluídos do mercado imobiliário privado e, freqüentemente, buscaram a favela como forma de moradia. Trata-se do “produtivo excluído”, resultado da industrialização com baixos salários. A moradia tem sido predominantemente, nas metrópoles, obtida por meio de expedientes de subsistência. Trata-se de uma mercadoria que não é produzida via processo de trabalho marcado por relações capitalistas (Ferro, 1969 e Maricato, 1979). A produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso.

O processo de industrialização em São Paulo também afetou a oferta de serviços básicos. De acordo com Lúcio Kowarick (1979, p:45) a população da capital servida pela rede de água passou de 61% em 1950 para 56% em 1973, enquanto a atendida pela de esgoto se manteve estável em torno dos 35%. No conjunto dos municípios da região, no entanto, em 1971, 35% da população era atendida, ao passo que, quatro anos após, a proporção caiu para 30%.

A procura por serviços de saúde também aumentaram. Segundo Kowarick (1979, p:47) 40% dos que procuraram os ambulatórios e postos do INPS em 1974 deixaram de ser atendidos, o que corresponde a 4 milhões de consultas. Tais situações indicam um quadro bastante claro da vulnerabilidade em que se encontram mesmo os empregados registrados quando ocorre desemprego, doença ou acidente de trabalho, trilogia que marca a trajetória de considerável parcela daqueles que só têm a sua força de trabalho para assegurar a sobrevivência.

A escolha dos bancos para financiar projetos habitacionais e o contraste causado pela medida também são debatidos no texto. Segundo Kowarick (1979, p:49) a lógica da acumulação imperante na sociedade brasileira tem levado à dilapidação na força de trabalho. Do ponto de vista empresarial, em que o lucro é o objetivo máximo, esta lógica é impecável. Porém ela não prevalece apenas para as empresas privadas. Isto ocorre também com os financiamentos públicos na construção civil: é elucidativo mostrar que 80% dos empréstimos do Banco Nacional da Habitação foram canalizados para os extratos de renda média e alta, ao mesmo tempo em que naufragavam os poucos planos habitacionais voltados para as camadas de baixo poder aquisitivo. É contrastante neste sentido que as pessoas com até 4 salários

mínimos constituam 55% da demanda habitacional ao passo que as moradias colocadas no mercado pelo Sistema Financeiro de Habitação raramente incluíam famílias com rendimento inferior a 12 salários.

Kowarick defende a tese de que a exploração que marca a relação capital-trabalho não é suficiente para dar conta das nossas desigualdades. O acirramento da exploração com a diminuição generalizada dos salários é um elemento fundamental de sua análise. Mas a precarização das condições de vida não se restringia às relações de emprego. Era a própria reprodução da força de trabalho que não estava assegurada. Moradia, transporte, saúde e saneamento não faziam parte de políticas públicas estatais efetivas. E isso se traduzia em uma forma urbana que refletia o que Kowarick chama de um processo dilapidador (1979, p: 59). Espoliação urbana é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.

O novo coronavírus, assim como as pandemias no passado, vai deixar rastros em cidades e habitações. Além da doença, a desigualdade social é um dos desafios da política urbana depois da Covid-19. A relação entre o desenho das cidades e as questões sanitárias sempre existiu, basta visitarmos a obra “O quarto de despejo – Diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus, escrita na década de 60 e que já relatava o descaso com a população mais pobre. Segundo Carolina (2004, p:32): Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de cetim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (página 37). Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.

No prefácio do livro de Carolina, o jornalista Audálio Dantas responsável por apresentar a história da catadora de papelão ao mundo retrata as poucas mudanças no urbanismo da cidade desde a época do livro. “O cenário em que foi escrito o diário já não é o mesmo. Parte dele deu lugar ao asfalto de uma nova avenida, por

coincidência chamada Marginal. E a favela do Canindé, onde viveu Carolina Maria de Jesus, na rua A, barraco nº9, mutiplicou-se em dezenas, centenas de outras. Assim, o Quarto de Despejo não é um livro de ontem, é de hoje. Os quartos de despejo, multiplicados, estão transbordando.”

2. O empresariamento da pobreza: a nova ferramenta da ação do capital

A lógica do capital se mantém desde a década de 60 nas periferias, ela apenas vai se reestruturando e diante da pandemia do novo coronavírus a desigualdade social se tornou ainda mais escancarada. Segundo dados da ONU Habitat, 1,6 milhão de pessoas não têm habitação adequada e 25% da população mundial vive em bairros informais sem infraestrutura, saneamento básico, sem acesso a serviços públicos e com escassez de água e eletricidade.

Segundo dados da pesquisa “Economia das Favelas – Renda e Consumo nas Favelas Brasileiras”, desenvolvida pelos institutos Data Favela e Locomotiva, os moradores das comunidades brasileiras movimentam por ano R\$ 119,8 bilhões. O mesmo levantamento divulgado em janeiro, antes da pandemia, mostrou que os moradores das favelas estavam otimistas com suas vidas pessoais para o ano de 2020. 80% responderam que estavam otimistas com a vida financeira; 80% com a saúde; 84% com a vida familiar; 76% com a vida profissional; 72% com a vida amorosa e 71% com a vida física.

Quando questionados sobre a dimensão pública do país eles se mostraram pessimistas. Entre eles 43% responderam que o governo brasileiro vai piorar; 39% acreditam que a segurança pública vai piorar e 38% avaliam que a saúde pública também vai piorar.

Ainda de acordo com o estudo, o otimismo dos moradores de favela com suas vidas pode ser explicado pela crença no seu esforço pessoal. Dos entrevistados, 64% acham que depende de si fazer a vida melhorar. Outros 13% atribuem a Deus, fé ou igreja a contribuição para melhoria de vida e 10% atribuem à família. Apenas 5% dos entrevistados responderam que o governo federal e o presidente podem contribuir para a vida melhorar e 1% atribuiu a responsabilidade ao prefeito da sua cidade.

Esse cenário faz com os moradores das favelas passem a empreender mais e corram atrás de abrir o próprio negócio. Um fenômeno que ainda é recente, de acordo com Telles (2015, p: 26) é que nos ditos territórios da pobreza, vem se dando a promoção do chamado empresariamento popular, mobilizando toda uma pletora de instrumentos, mecanismos e mediações e, sobretudo, programas de microcrédito em boa parte promovidos pelos principais bancos privados do país. Em linhas gerais, são programas regidos pela agenda do chamado combate à pobreza pelas vias do mercado. Na prática, trata-se de transformar os “pobres” em operadores do mercado, empreendedores capazes de transformar as circunstâncias locais em “oportunidades de mercado”.

Vera da Silva Telles (2015, p.27) explica que essa “conversão” de pobres em empreendedores não é um fenômeno específico do Brasil é algo que atravessa várias cidades do chamado Sul Global. Ela cita algumas mudanças que a favela de Paraisópolis, a segunda maior de São Paulo, passou durante esse processo. A chegada das lojas Casas Bahia, foi a primeira da rede de grandes lojas a chegar à comunidade. Os bancos também, primeiro o Bradesco e depois o Banco do Brasil.

Telles relata que essa é mais uma forma do mercado ter controle sobre os moradores (2015, p: 29). Apresentados como programas de erradicação da pobreza, a rigor são formas de intervenção que abrem as vias para a expansão dos mercados: das várias modulações do chamado micro-crédito ancorado em associações populares locais, passando pela promoção do que vem sendo chamado de “capitalismo criativo”, termo inefável que diz tudo e nada ao mesmo tempo, evocando a dita capacidade de invenção e criatividade popular de aproveitar ou inventar “oportunidades de mercado”, chegando aos serviços financeiros que se apresentam sob a formulação altissonante de democratização do crédito voltado à “base da pirâmide social”. Na prática, trata-se de um esforço no sentido de colocar todas as dimensões da vida social sob a égide do mercado, convertendo a troca mercantil em código ético e princípio de conduta.

3. As perversidades da ação do capital nos territórios periféricos que a pandemia evidenciou

A pandemia do novo coronavírus reascendeu o debate sobre a situação dos moradores das favelas de todo o país. As recomendações das autoridades de saúde se tornaram impraticáveis e bem distante da realidade das comunidades. Como manter o distanciamento social dentro de casas que muitas vezes têm apenas um cômodo? Com qual dinheiro comprar álcool em gel e sabão? Como deixar de trabalhar para ficar em casa? Como deixar de usar o transporte público? São determinações impostas por um poder público que parece não conhecer a realidade das favelas.

No livro “A Cruel pedagogia do vírus”, Boaventura de Souza Santos traz seis lições que a pandemia nos trouxe. Na primeira lição Boaventura exemplifica como as crises graves e agudas mobilizam os meios políticos e midiáticos (2020, p:22), embora as crises graves mas de progressão lenta tendam a passar despercebidas mesmo quando a sua letalidade é exponencialmente maior. Ele classifica a pandemia do coronavírus como uma crise grave e a poluição atmosférica como aguda, já que a crise climática não suscita uma resposta dramática e de emergência como a pandemia. Boaventura diz que enquanto a crise da pandemia pode ser de algum modo revertida ou controlada, a crise ecológica já é irreversível e agora há apenas que procurar mitigá-la. O professor defende que as duas crises estão ligadas, que a violação que a sociedade faz com o meio ambiente não vai ficar impune e a pandemia é uma punição que estamos sofrendo devido à violação da exploração dos recursos naturais.

Na segunda lição Boaventura fala da discriminação das mortes causadas pelo novo coronavírus (2020, p: 23); o autor defende que a pandemia é menos discriminatória do que outras violências cometidas na sociedade. Ele cita os exemplos dos pobres, das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos refugiados, dos idosos, etc. Boaventura diz que muitas pessoas são obrigadas a trabalhar em situação de risco para alimentar as famílias, muitas não têm sabão ou água potável e por isso grande parte da população do mundo não tem condições de seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde para se proteger do vírus.

A terceira lição traz um paralelo entre economia e pandemia. Boaventura afirma que o capitalismo não tem futuro enquanto modelo social (2020, p:24). O professor ressalta que haverá mais pandemias no futuro e provavelmente mais graves, e as políticas neoliberais continuarão a minar a capacidade do Estado para responder, e as populações estarão cada vez mais indefesas. Boaventura diz que esse ciclo infernal só pode ser interrompido se interromper o capitalismo e que os governos com menos lealdade ao ideário neoliberal são os que estão a atuar de forma mais eficaz contra a pandemia, independentemente do regime político, como Taiwan, Coreia do Sul, Singapura e China.

A atuação dos governos de direita em meio à pandemia vem na quarta lição de Boaventura (2020, p: 25). O professor diz que os governos de extrema-direita ou de direita neoliberal falharam mais do que os outros na luta contra a pandemia. Boaventura diz que eles ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para chicana política e sob o pretexto de salvar a economia, correram riscos irresponsáveis pelos quais devem ser responsabilizados. Ele cita como os exemplos mais marcantes a Inglaterra, os Estados Unidos, o Brasil, a Índia, as Filipinas e a Tailândia.

Boaventura explica como o colonialismo e o patriarcado ganham força nos momentos de crise aguda na quinta lição (2020, p: 26). O professor diz que a pandemia do novo coronavírus só se transformou em um problema global grave porque atingiu as populações dos países mais ricos. Boaventura diz que em situações de emergência as políticas de prevenção ou de contenção nunca são de aplicação universal, são seletivas e adeptas do darwinismo social: propõem-se garantir a sobrevivência dos corpos socialmente mais valorizados, os mais aptos e os mais necessários para a economia. Outras vezes limitam-se a esquecer ou negligenciar os corpos desvalorizados.

Na sexta e última lição, Boaventura fala sobre o tripé da regulação das sociedades modernas: o Estado, o mercado e a comunidade (2020, p:27). O autor diz que nos últimos quarenta anos foi dada prioridade absoluta ao princípio do mercado em

detrimento do Estado e da comunidade, com as privatizações de serviços de saúde, educação, água, eletricidade, etc. O professor afirma que próprio Estado e a sociedade civil passaram a ser geridos e avaliados pela lógica do mercado e por critérios de rentabilidade do capital social. Boaventura diz ainda que a pandemia mostrou de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências. Ele afirma que as respostas que os Estados estão a dar à crise variam de Estado para Estado, mas nenhum pode disfarçar a incapacidade e a falta de previsibilidade em relação a emergências.

Nesse mesmo livro, Boaventura diz que as pessoas vivem na cidade sem ter direito à cidade, ressalta que os mais pobres vivem em espaços exíguos onde se aglomeram famílias numerosas e faz duras críticas às recomendações feitas pela Organização Mundial da Saúde no combate à pandemia do novo coronavírus (2020, p:17): A indicação por parte da OMS para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou a ficar em casa e passar fome. As recomendações da OMS parecem ter sido elaboradas a pensar numa classe média que é uma pequeníssima fracção da população mundial. O que significa a quarentena para trabalhadores que ganham dia-a-dia para viver dia-a-dia? Arriscarão desobedecer à quarentena para dar de comer à sua família? Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger as suas vidas e a vida desta? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção.

O autoisolamento imposto pelo estado aos moradores das regiões mais pobres do mundo também é tratado no texto (2020, p: 18). Os jovens das favelas do Rio de Janeiro, que sempre foram impedidos pela polícia de ir ao domingo à praia de Copacabana para não perturbar os turistas, não sentirão que já viviam em quarentena? Qual a diferença entre a nova quarentena e a original, que foi sempre o seu modo de vida? Em Mathare, um dos bairros periféricos de pessoas com baixa renda em Nairobi, Quênia, 68.941 pessoas vivem num quilómetro quadrado. Tal como em muitos contextos similares no mundo, as famílias partilham uma sala que também é cozinha, quarto e sala de estar. Como é que se lhes pode pedir autoisolamento? É possível o autoisolamento num contexto de permanente hetero-isolamento imposto pelo Estado?

Assim como os moradores das favelas do Rio de Janeiro e do bairro de Mathare, no Quênia, os moradores das comunidades de São Paulo também eram excluídos da sociedade e não tinham acesso aos serviços básicos, desde a época em que Carolina Maria de Jesus escreveu o Quarto de Despejo, na década de 60.

4. Paraisópolis – novos arranjos de organização popular dos territórios periféricos

A favela de Paraisópolis tem mais de 100 mil habitantes e é considerada a segunda maior comunidade de São Paulo, ficando atrás apenas de Heliópolis, segundo informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que divulgou a Grade Estatística e o Atlas Digital Brasil 1 por 1, elaborado a partir de dados extraídos do Censo Demográfico 2010.

Paraisópolis surgiu no final da década de 1930, após o loteamento de ruas da antiga fazenda Morumby. Os compradores dos lotes não foram morar no local, que aos poucos foi sendo ocupado por trabalhadores da construção do Palácio dos Bandeirantes. O bairro foi crescendo à medida que foram sendo construídas as mansões e os edifícios do Morumbi, como citado por GOHN, ago.2010 . ²

O grande salto demográfico da favela de Paraisópolis foi entre as décadas de 1960 e 1980, conforme descreve Caldeira (2000, p: 244-245): o Morumbi e a Vila Andrade tiveram um significativo crescimento populacional nos anos 80. Apesar do Morumbi ser um bairro de classe alta há pelo menos 30 anos, ele mudou radicalmente depois do início da década de 80. O que era um bairro de enormes mansões, terrenos vazios e áreas verdes, foi transformado, depois de uma década de construção frenética, num distrito de edifícios. No final dos anos 70, ele foi "descoberto" por incorporadores imobiliários que decidiram aproveitar o baixo custo dos terrenos e o código de zoneamento favorável e o transformaram no bairro com o mais alto número de novos empreendimentos imobiliários da cidade durante os anos 80 e 90. [...] a novidade no Morumbi e na Vila Andrade não é só o volume de construção, mas também o tipo de construção: os conjuntos habitacionais murados.

Uma série de ONGs e projetos sociais financiados por empresas privadas nacionais e internacionais foram instalados na favela na década de 1990, ação relacionada com a imposição do modelo neoliberal no Brasil, conforme explica Telles(2015,

²Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 nov. 2020.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000200005>.

p:28): Na prática, em torno dos programas de urbanização da favela e dos chamados projetos de desenvolvimento local, há uma meada intrincada – e também embaralhada – de ação de organismos estatais, circuitos de mercado, programas sociais de base local, parcerias com fundações empresariais na promoção de atividades e eventos culturais e esportivos, circuitos transnacionais por onde circulam projetos e empreendimentos, também fontes de financiamento, tudo isso se conjugando para fazer de Paraisópolis um “caso de sucesso”, celebrado pelos sinais de sua inclusão na “cidade legal”, tanto quanto pelas competências empreendedoras de seus moradores.

O discurso que atribuí a Paraisópolis como uma favela-modelo ocultava as relações de exploração e de classe entre a favela e o entorno rico. Muitos moradores de Paraisópolis trabalham nesse entorno. Estas relações sempre foram permeadas por baixos salários, informalidade e reproduzem a estrutura de relações herdada da escravidão.

Algumas mudanças na favela de Paraisópolis com o entorno da comunidade foram feitas nos anos 2000. A privatização das empresas fornecedoras de saneamento básico e energia elétrica modificou o caráter de atuação destas empresas. Funcionando já não mais a partir da lógica da prestação de serviço, mas sim a partir de uma racionalidade neoliberal, estas empresas visualizaram nos moradores das favelas todo um mercado a ser conquistado. Sob o discurso da regularização, o que se pretendia era a transformação dessa população em cliente.

Como explica Telles (2015, p:27): os circuitos do mercado se enredam e reconfiguram uma densa trama associativa que vem de longa data, construída por associações de moradores, coletivos diversos, ONGs, programas sociais e filantrópicos de filiação variada. Nos últimos anos, a paisagem local foi fortemente impactada pela chegada das Casas Bahia, a primeira das redes de grandes lojas a chegar a Paraisópolis e também a primeira experiência dessa empresa em uma favela paulistana. E os bancos também chegaram, o Bradesco em primeiro lugar e, em seguida, o Banco do Brasil que inaugura sua agência na sede da União de Moradores, selando uma parceria voltada à formalização de “empreendedores” a ela

associados. Em meio aos programas de regularização do comércio local e também dos assentamentos ilegais-informais, multiplicam-se os cursos de empreendedorismo e “educação financeira”; fundações privadas, empresas e operadoras de mercado se instalaram na região, seja promovendo seus serviços e produtos (exemplos: agências de turismo, a Porto Seguro Seguradora, redes de comércio), seja na forma de parcerias em torno de projetos ditos de desenvolvimento local, seja ainda na promoção de atividades sociais e eventos esportivos.

Com mais de 100 mil moradores, Paraisópolis continua a crescer mesmo com graves problemas de saneamento, mobilidade e segurança. Realidade que foi ainda mais exposta durante a pandemia do novo coronavírus e fez com que os moradores se mobilizassem, já que o poder público mais uma vez ignorou a situação. Um levantamento divulgado no dia 23 de junho de 2020 pelo *Instituto Pólis*, organização da sociedade civil voltada ao direito à cidade, mostrou que a reação à pandemia foi mais eficaz em territórios que dispõem de uma organização comunitária maior do que a média do município.

O levantamento do instituto Pólis também cita como exemplo a comunidade de Paraisópolis. De acordo com o levantamento, a favela apresentava no dia 18 de maio uma taxa de mortalidade por COVID-19 de 21,7 pessoas por habitantes. O índice ficou abaixo da média municipal (56,2%) e de outros distritos vulneráveis, como Pari (127), Brás (105,9) e Brasilândia (78).

A favela de Paraisópolis tem os mesmos problemas que podem ser observados em outras comunidades precárias do país: moradias aglomeradas, muitas vezes compartilhadas por mais de dez pessoas, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e falta de saneamento básico, como abastecimento de água intermitente, condições que tornam as periferias mais suscetíveis ao novo coronavírus.

Além dos problemas da falta de estrutura, muitos moradores da comunidade perderam a única fonte de renda durante a pandemia, principalmente os trabalhadores informais. Diante dessa situação, muitas famílias estão passando fome e os moradores da favela que podem ajudar criaram um conjunto de ações para tentar suprir as lacunas deixadas pelo poder público.

Em entrevista pela internet à pesquisadora³, a presidente da Associação das Mulheres de Paraisópolis, Elizandra Cerqueira, explica que diante a falta de políticas públicas específicas para as favelas durante a pandemia do novo coronavírus, os moradores da comunidade de Paraisópolis se uniram, e, por conta própria, contrataram uma equipe médica e ambulâncias que ficaram 24 horas à disposição da população local, isso porque o Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) não acessa a região.

Além disso, o plano de contingência próprio da favela de Paraisópolis elaborado para oferecer assistência às famílias distribuiu marmitas e cestas básicas, produziu e forneceu máscaras de proteção e levantou doações para as diaristas que ficaram sem renda durante a pandemia. Tudo custeado por doações de empresas e pessoas físicas, em vaquinhas na internet.

Diante dessa parceria entre a União de Moradores com a Associação das Mulheres de Paraisópolis e o G10 das Favelas, instituição que reúne líderes de 10 grandes favelas no Brasil, surgiu o “programa de socorro” à comunidade. Foram escolhidos 420 “presidentes de rua”, voluntários que são responsáveis por zelar por trechos de vias predefinidos, cada uma com cerca de 50 casas. Os “presidentes” têm a missão de monitorar se algum morador de sua região tem sintomas da Covid-19 ou se precisa de atendimento médico. Outra tarefa é a de identificar as famílias que estão com a renda reduzida ou mesmo sem renda e que estejam passando fome.

Para o atendimento médico, a comunidade contratou uma equipe com três ambulâncias, sendo uma UTI móvel, dois médicos, dois enfermeiros e três socorristas, que se mudaram para a favela de Paraisópolis e passaram a morar nas casas cedidas por moradores durante a pandemia. A precariedade do serviço público de saúde na favela fez com que as equipes tivessem que atuar também em atendimentos não relacionados ao coronavírus.

³ Devido à pandemia, entrevistei a presidente da Associação das Mulheres de Paraisópolis, Elizandra Cerqueira, pelo Whatsapp no dia 3.11.2020.

Os próprios moradores adaptaram duas escolas públicas, que ficaram sem aulas durante a quarentena. Os locais se tornaram alojamentos temporários, onde pacientes assintomáticos ou com sintomas leves do novo coronavírus pudessem cumprir o isolamento social sem contaminar o restante da família. No total, são 510 vagas, 250 em uma escola e 260 na outra. Uma unidade só recebe homens e a outra só mulheres. Todas as camas respeitam o distanciamento recomendado pelos órgãos de saúde. Nos locais há armários, televisores e mesas com marcações de distância para as refeições. Toda parte técnica das escolas foi elaborada pelo hospital Albert Einstein, um dos parceiros da iniciativa.

Todos os funcionários que trabalham nesses locais são moradores de Paraisópolis e foram contratados através do projeto social “Empresa Paraisópolis”. Os encaminhamentos dos pacientes são feitos pela UBS (Unidade Básica de Saúde) e pela AMA (Assistência Médica Ambulatorial), que ficam em Paraisópolis. Quando os pacientes testam positivo para o novo coronavírus, eles têm a possibilidade de se isolar nessas escolas que foram adaptadas, caso não tenham condições de manter o distanciamento na própria casa e colocar o restante da família em risco.

Com a pandemia do novo coronavírus, veio também a diminuição de renda para alguns que já tinham pouco. Diante dessa situação, uma equipe de 15 mulheres passou a preparar e distribuir cerca de 1.300 marmitas por dia em Paraisópolis durante a pandemia. Elizandra Cerqueira, presidente da Associação das Mulheres de Paraisópolis, explica que muitas pessoas ficaram desempregadas, sem gás de cozinha, sem alimentos básicos como arroz e feijão. Antes da pandemia, ela era gerente do Bistrô Mãos de Maria, restaurante que foi fechado durante a pandemia e que oferece cursos profissionalizantes para mulheres da comunidade. Com o fechamento, Elizandra passou a se dedicar a buscar doações de alimentos para preparar as marmitas para distribuir aos moradores.

A cooperação e a rede de solidariedade foram fundamentais durante a pandemia, conforme Boaventura (2020, p:7): The Economist mostrava no início deste ano que as epidemias tendem a ser menos letais em países democráticos devido à livre circulação de informação. Mas como as democracias estão cada vez mais vulneráveis às fake news, teremos de imaginar soluções democráticas assentes na

democracia participativa ao nível dos bairros e das comunidades e na educação cívica orientada para a solidariedade e cooperação, e não para o empreendedorismo e competitividade a todo o custo.

Para Boaventura, os estados se mostraram incapazes em lidar com a emergência causada pela pandemia (2020, p:28): As pandemias mostram de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências. As respostas que os Estados estão a dar à crise variam de Estado para Estado, mas nenhum pode disfarçar a sua incapacidade, a sua falta de previsibilidade em relação a emergências que têm vindo a ser anunciadas como de ocorrência próxima e muito provável. Estou certo de que nos próximos tempos esta pandemia nos dará mais lições e de que o fará sempre de forma cruel. Se seremos capazes de aprender, é por agora uma questão em aberto.

Por fim, fica esse questionamento do professor Boaventura se futuramente os Estados serão capazes de atuar de maneira mais eficiente diante das emergências que irão surgir, o que podemos observar é que não houve avanço desde a década de 50, quando Carolina Maria de Jesus relatou em seu diário a situação dos moradores de favela daquela época, os anos passaram e a realidade das comunidades é a mesma, apenas se tornou evidenciada durante a pandemia do novo coronavírus, que fez com que os moradores mais uma vez se unissem diante a ausência do poder público para enfrentar os impactos da doença e do capitalismo neoliberal, modelo que vai se reestruturando e se mantém até a atualidade.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo para demonstrar como a lógica do capital se reestrutura desde a década de 50 e se mantém presente ainda mais nas áreas periféricas do Brasil. O artigo fez um recorte como essa situação foi agravada diante da pandemia do novo coronavírus, focando na favela de Paraisópolis, a segunda maior de São Paulo, comunidade que se tornou um exemplo no combate à Covid-19.

No artigo apontamos a estruturação e os contrastes da cidade de São Paulo, a mais rica do país. Relatamos como a favela de Paraisópolis surgiu, se mantém e se reorganizou, principalmente durante a pandemia. Devido à crise provocada pelo novo coronavírus, o trabalho entrevistou, por meio do Whatsapp, a presidente da Associação das Mulheres de Paraisópolis, Elizandra Cerqueira, que relatou as iniciativas organizadas pelos moradores de Paraisópolis para evitar o avanço da pandemia diante da ausência do poder público no local, como por exemplo, a contratação de uma base do SAMU para atender os moradores, já que o serviço de emergência não acessa à região.

Além disso, o artigo discutiu o chamado empresariamento da pobreza nas áreas periféricas, com a chegada de agências bancárias e grandes lojas nas comunidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, ações que estão relacionadas com a imposição do modelo neoliberal no Brasil e que colocam os moradores das favelas cada vez mais sob o controle do mercado.

Bibliografia

CALDEIRA, Tereza Pires. **Cidades de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Morumbi: o contraditório bairro-região de São Paulo**. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 267-281, ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000200005>.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favela. São Paulo: Editora Ática, 2004.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, Ermínia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. In: CASTRIOTA, Leonardo B. (org.) *Urbanização brasileira: redes cobertas*. Belo Horizonte/MG: C/Arte, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada**. [Posfácio]. *A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública*. São Paulo: EDUC, 2009.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Editora Almedina, 2020.

TELLES, Vera da Silva. **Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos**, 2015.